



BOLETIM

GEOCORRENTE

ANO 6 • Nº 115 • 07 DE MAIO DE 2020

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).



DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
CONTRA-ALMIRANTE PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL
EDITOR RESPONSÁVEL
CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO FARIA DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO
CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS
1º TENENTE (RM2-T) JANSEN COLI CALIL N. ALMEIDA DE OLIVEIRA (EGN)
JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)
NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)

DESIGN GRÁFICO
MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO
RODRIGO ÁBREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)
FRANCO NAPOLEÃO AGUIAR DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-Rio)
ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)
JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)
VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)
ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)
CAROLINA CÔRTEZ GÓIS (PUC-Rio)
JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)
VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-Rio)
VICTOR EDUARDO KALIL GASPARG FILHO (EGN)

EUROPA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)
GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO (UFRJ)
MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)
MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)
NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)
THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)
ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)
DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)
PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)
SHAKILA DE SOUSA AHMAD (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)
THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)
VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)
LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHES)
BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)
CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)
GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA (UFRJ)
JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UFRJ)
PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)
GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)
LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)
RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)
MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)
PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)
RODRIGO ÁBREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)
VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)
LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)
PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)
PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)
MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)
REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL

Governança e petróleo: a realidade de incertezas da Guiana	5
Reorientação dos processos políticos no Chile e na Bolívia: incertezas e projeções	6

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

O futuro dos investimentos americanos em defesa	6
---	---

ÁFRICA SUBSAARIANA

Angola por um fio: crise do petróleo e pandemia	7
Constantes sequestros ameaçam segurança marítima na África Ocidental	8

EUROPA

O papel da Defesa Nacional portuguesa no combate à COVID-19	9
---	---

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Novos contornos na guerra civil da Líbia	9
As dinâmicas de segurança no Mar Vermelho e no Golfo de Áden	10

RÚSSIA & Ex-URSS

As águas de Svalbard sob os protestos da diplomacia russa	11
Crimeia à beira de uma crise hídrica	12

LESTE ASIÁTICO

O futuro da economia japonesa pós COVID-19: reflexões geopolíticas	13
Projeção de poder sobre terra - o LHD Type 075	13
China e Rússia estreitam laços em contraponto aos EUA	14

SUL DA ÁSIA

Índia pode aumentar sua frota de submarinos	14
---	----

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

As ações silenciosas de Pequim no Mar do Sul da China	15
---	----

Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa	16
--	----

Calendário Geocorrente	16
------------------------------	----

Referências	17
-------------------	----

Mapa de Riscos	18
----------------------	----

10 PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Alto Risco

Médio Risco

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.

ACOMPANHAMENTO COVID-19

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "Situation report – 107", da OMS, publicado no dia 06 de maio de 2020.



ACOMPANHAMENTO DOS PAÍSES						
#	País	Nº total de casos	Novos casos (últimas 24h)	Número de óbitos registrados	Nº casos/100 mil habitantes	Nº mortes/100 mil habitantes
1º	ESTADOS UNIDOS	1.171.185	16.200	62.698	357,98	19,16
2º	ESPANHA	219.329	1.318	25.613	469,42	54,82
3º	ITÁLIA	213.013	1.075	29.315	352,49	48,51
4º	REINO UNIDO	194.994	4.406	29.427	293,28	44,26
6º	RÚSSIA	165.929	10.559	1.537	114,83	1,06
5º	ALEMANHA	164.897	1.037	6.996	198,85	8,44
7º	FRANÇA	131.292	1.050	25.491	196,00	38,05
8º	TURQUIA	129.491	1.832	3.520	157,30	4,28
9º	BRASIL	107.780	6.633	7.321	51,45	3,50
10º	IRÃ	99.970	1.323	6.340	122,21	7,75
46º	ÁFRICA DO SUL	7.439	219	148	12,87	0,26
49º	AUSTRÁLIA	6.849	24	96	27,40	0,38

Governança e petróleo: a realidade de incertezas da Guiana

João Felipe Ferraz

Em meio à pandemia de COVID-19 e à crise econômica mundial, a Guiana lida com circunstâncias que vão além da ordem internacional. Em decorrência das extrações de petróleo conduzidas por um consórcio liderado pela estadunidense *Exxon Mobil*, desde janeiro de 2020 ([Boletim 109](#)), o país sul-americano vivencia o maior crescimento econômico de sua história. Mesmo diante das severas flutuações de preço no mercado de petróleo, as promissoras reservas guianesas, estimadas em cerca de 8 bilhões de barris, atraíram interesses de diversas empresas petrolíferas — como da multinacional *Royal Dutch Shell* — no fim do mês de abril.

As expectativas também são expressas pela previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que o crescimento do PIB real será por volta de 53% em 2020. Entretanto, existem outros fatores que comprometem essa projeção do país no mercado internacional. Além da intensa instabilidade política regional, advinda das relações da Venezuela com os Estados Unidos ([Boletim 114](#)), o país sul-americano também presencia uma grave crise política interna. O resultado das eleições gerais de 02 de março do ano corrente, que dariam vigência

ao mandato do atual presidente, David Granger, teve a legitimidade questionada pelo opositor do *People's Progressive Party* (PPP), que requisitou uma recontagem dos votos. A condução da Comissão Eleitoral da Guiana (GECOM, em inglês) foi caracterizada por falta de “credibilidade”, por parte de observadores eleitorais de entidades como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Europeia (UE) e a Comunidade do Caribe (CARICOM). A recontagem ainda não tem data definida.

A instabilidade política, somada à inexperiência guianesa ante a gestão da produção, expõe a debilidade da estrutura operacional e de armazenamento de petróleo. Portanto, a legitimidade governamental é imprescindível para o país, considerando a conjuntura regional já abalada e uma entrada de divisas na economia nacional jamais antes vista ou gerida. Por esse lado, e dispensando a ingerência em assuntos internos, a pressão de instituições externas pode se mostrar necessária para conduzir a Guiana em direção a uma política mais transparente.



Reorientação dos processos políticos no Chile e na Bolívia: incertezas e projeções

Pedro Kilson

O final de 2019 e o início de 2020 reconfiguraram os cenários políticos de Chile e Bolívia. No caso chileno, a crise do novo coronavírus interrompeu ou, pelo menos, deixou latente, o processo de transformação política iniciado com o *estallido social*. Simultaneamente às massivas manifestações que alteraram as cidades chilenas, a vizinha Bolívia vivenciava, depois de 13 anos, a ruptura de um projeto de Estado personalizado e encabeçado por Evo Morales. Nesse sentido, como pensar o quadro político de ambos os países, a partir da incidência da pandemia como variável desestabilizadora?

A crise global da saúde interfere na dinâmica político-econômica chilena de distintas perspectivas: de um lado, confere instabilidade ao processo de reforma política, ao adiar o plebiscito constitucional, que ocorreria dia 26 de abril, sendo postergado para o fim do segundo semestre. Ainda, desacelerou momentaneamente as campanhas “*Sí, Apruebo*” e “*Vota Rechazo*”, esvaziando as ruas do país e atribuindo sobrevida ao governo do presidente Piñera. Por outro lado, os gargalos dos sistemas de saúde, previdenciário e trabalhista debilitam as estruturas primárias da economia chilena, baseada sobretudo na exportação do cobre, especialmente à China

e aos Estados Unidos. O governo estima uma queda de 2% do PIB, ao passo que o FMI, em torno de 4,5%

O cenário político boliviano segue a mesma lógica, uma vez que a pandemia forçou o estabelecimento de uma mesa de negociações entre todos os partidos e o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), concluindo pela necessidade de adiamento das eleições gerais. O acordo é significativo em meio às incertezas ocasionadas pela saída de Evo Morales e a ascensão interina de Jeanine Áñez. A crise da saúde se entrelaça com os gargalos políticos do país, considerando a permanência das fissuras entre a oficialidade e a oposição organizada em torno do *Movimiento al Socialismo* (MAS). Arturo Murillo, ministro do Governo, denuncia a existência de um “plano desestabilizador” contra o Executivo, orquestrado pelo partido de Morales, bem como a convocação de protestos. O Banco Mundial prevê uma queda de 3,4% do PIB. Dessa maneira, a pandemia representa uma variável desestabilizadora para ambos os países, não apenas por prolongar um período de incertezas, mas sobretudo por estrangular economias de caráter dependente e aprofundar debilidades sociais.



AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

O futuro dos investimentos americanos em defesa

Ana Carolina Farias

Em 27 de abril de 2020, o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) divulgou a versão mais recente da sua análise anual dos gastos militares mundiais. A nova versão apresenta os dados de 2019 e demonstra que os gastos em defesa alcançaram US\$ 1.9 trilhão, representando um aumento de 3,6% em relação a 2018. O principal país investidor são os Estados Unidos da América, com o total de US\$ 732 bilhões, seguido pela China com US\$ 261 bilhões. Assim, é pertinente compreender o papel dos EUA no cenário internacional e como a atual pandemia de COVID-19 pode afetar os

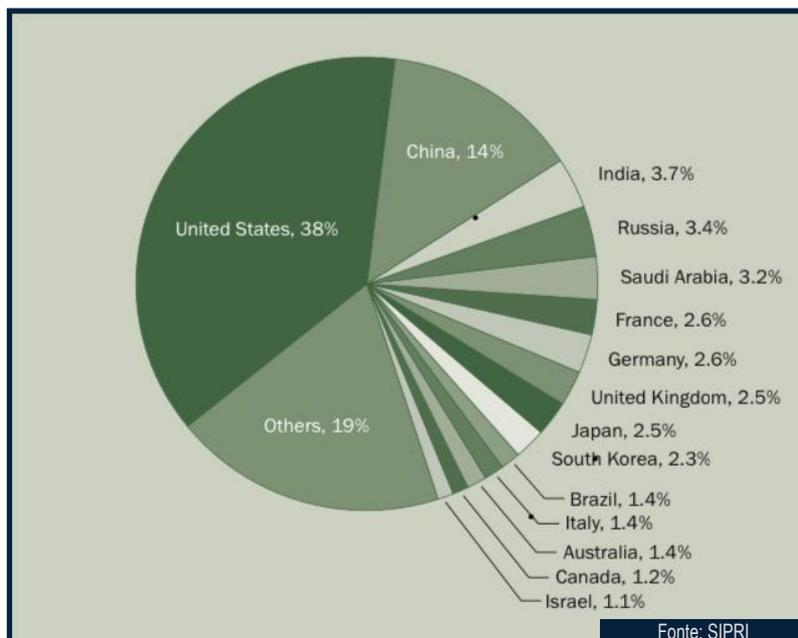
investimentos globais em defesa.

Entre 2011 e 2014, devido à crise econômica e financeira mundial, os gastos militares foram reduzidos, contudo, desde 2015, percebe-se um aumento global relevante de investimento em defesa. Em relação aos EUA, 2019 representou o segundo ano de crescimento de gastos, sendo 5,3% maior que os investimentos em 2018, uma mudança expressiva após sete anos (2010-2017) de queda total de 22%. De acordo com o SIPRI, tal crescimento decorre do aumento de custos com o recrutamento de 16.000 militares, e pela atual >>>

modernização do inventário de armas convencionais e nucleares.

É relevante mencionar que a China, além de segunda maior economia do mundo, também é o segundo país que mais investe em defesa, sendo que em 2019 esse gasto foi 85% maior que em 2010. Juntos, a China e os Estados Unidos foram responsáveis por 52% dos gastos militares mundiais em defesa em 2019. Com a atual pandemia de COVID-19 afetando os EUA (o país com maior número registrado de casos e de óbitos), é

provável que durante os próximos anos seja difícil para os norte-americanos manterem o nível de investimento em defesa, redirecionando para projetos que priorizem o sistema de saúde e a recuperação das empresas mais afetadas pela paralização da economia durante a crise. Por outro lado, com o acirramento das tensões geopolíticas entre os dois países será difícil para qualquer presidente dos EUA, em 2021, não se preocupar com os gastos em Defesa.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Angola por um fio: crise do petróleo e pandemia

Os embates geopolíticos entre os principais produtores de petróleo e a pandemia de COVID-19 fizeram com que o preço do barril despencasse nos últimos meses. Em 22 de abril de 2020, o barril de petróleo do tipo *Brent* — de referência para o comércio internacional, negociado na Bolsa de Londres — chegou a US\$ 16,27. Diferentemente de EUA, Rússia e Arábia Saudita, os países africanos não têm a mesma segurança para resistir à situação.

Angola, segundo maior produtor da África, é extremamente dependente da receita do óleo. Além de ter os hidrocarbonetos responsáveis por 96% das exportações, 60% do orçamento governamental vêm desse produto. Ademais, tendo em vista que a China representa, aproximadamente, dois terços deste comércio e foi gravemente afetada pela pandemia — estima-se queda de 16% da demanda chinesa no segundo trimestre de 2020 em relação ao último de 2019 —, o país fica de mãos atadas.

No final de março, o parlamento angolano anunciou que haverá uma sessão para reformulação do Orçamento Geral da União. A mudança virá na base de preço

estimada do barril de petróleo de US\$ 55 para menos de US\$ 35, o que reduzirá substancialmente a perspectiva de gastos públicos. Todavia, em tempos de pandemia, o investimento do Estado é necessário, ainda mais levando em consideração a situação de fragilidade econômica e estrutural da África Subsaariana. Além disso, em abril, o Banco Mundial publicou um relatório que prevê queda de 2,1% a 5,1% do PIB do subcontinente em 2020, o que configuraria a primeira recessão em 25 anos.

Esta conjuntura impõe a Angola tomar medidas urgentes de reforma na estrutura econômica baseada na *commodity*. Uma economia mais diversificada, como a da Nigéria — maior produtor do continente — que tem menos de 10% do PIB proveniente do petróleo, faz com que o país sinta menos reflexos em crises internacionais como a atual. Além disso, a extração em Angola é, majoritariamente, offshore, implicando num maior custo de exploração. Com esse forte impacto nas receitas pela queda do preço internacional do petróleo, fica a pergunta sobre como Luanda controlará o inevitável caos social no país, caso a pandemia venha a resultar num número de óbitos como temos visto na Europa e nos EUA.

Constantes sequestros ameaçam segurança marítima na África Ocidental

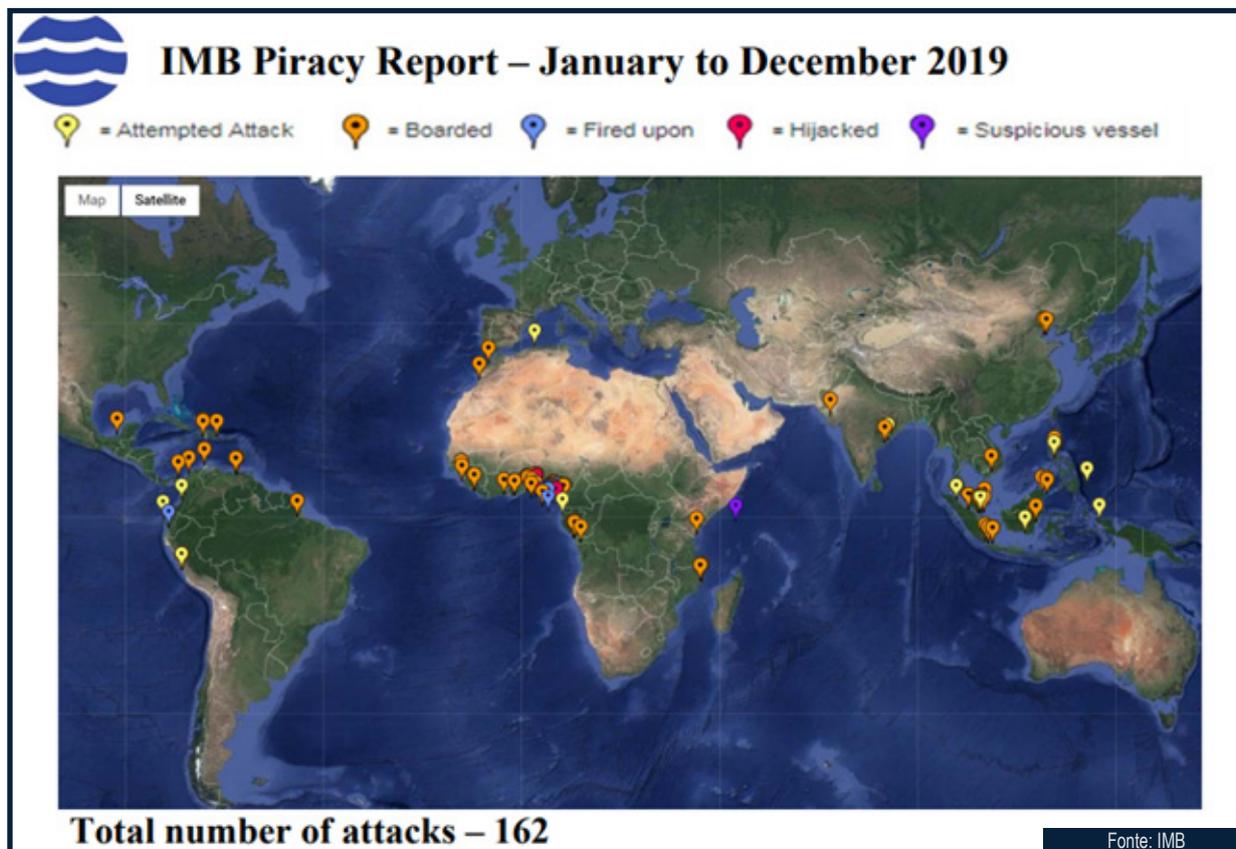
Isadora Jacques

Em 19 de abril de 2020, ocorreu um ataque seguido de sequestro a um navio porta-contêineres português, na costa do Benim. A situação se tornou ainda mais delicada, pois oito tripulantes, de diferentes nacionalidades, foram sequestrados. Os demais membros da tripulação conseguiram fugir e foram salvos após uma operação que contou com a Marinha do Benim e com as Forças Especiais nigerianas. Posteriormente, autoridades russas, ucranianas e búlgaras informaram a captura de seus respectivos cidadãos no ataque. Segundo o relatório feito nas 48 horas seguintes à investida, pela empresa *Transeste*, com sede em Hamburgo, os funcionários da companhia e os tripulantes da embarcação estavam sendo mantidos reféns pelos piratas.

A falta de segurança marítima na região do Golfo da Guiné desestabiliza o comércio e o processo das transações econômicas. O trecho, que contempla da Costa do Marfim à Guiné Equatorial, é onde se concentra a maioria dos ataques violentos, tráfico de drogas e armas, e sequestros que ocorrem no contexto marítimo do continente africano. No final de 2019, a *ICC International Maritime Bureau* divulgou um relatório que contabilizou o aumento de cerca de 60% nos sequestros realizados

no mundo todo, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo o mesmo parecer, é possível constatar que as tentativas de ataque resultam, quase sempre, em embarques efetivos e no roubo de insumos energéticos, assim como no sequestro dos tripulantes das embarcações.

Analisando o ataque supracitado e diante das sucessivas investidas criminosas na região, é esperado dos governos e autoridades navais das nações atingidas pela pirataria uma medida efetiva de prevenção, principalmente aos sequestros. Em Portugal, por exemplo, foi permitido por lei que navios de bandeira lusa possam dispor de segurança armada a bordo e de demais planos antipirataria para as Áreas de Alto Risco reconhecidas pela *International Maritime Organization* (IMO). Os dados citados no relatório demonstram uma evidente incidência de ataques violentos, sobretudo às embarcações que transportam grande quantidade de petróleo, no Golfo da Guiné. A ineficácia de medidas que visam prevenir os ataques e a falta de efetividade nas estratégias de defesa marítima, continuamente, fragilizam a segurança no trecho e desestabilizam o comércio marítimo na região.



O papel da Defesa Nacional portuguesa no combate à COVID-19

Nathália do Vale

No dia 28 de abril de 2020, Portugal anunciou o fim do estado de emergência motivado pela crise do coronavírus, decretado inicialmente em 18 de março. O país, que conta com pouco mais de mil mortos pela doença, iniciou uma fase de saída gradual da quarentena a partir de 04 de maio.

Desde o começo da crise, as Forças Armadas (FA) tiveram papel significativo desempenhando funções de proteção civil em conjunto com as forças de segurança. No início de março, foi alocada uma Célula Permanente de Crise (CPC) no Estado-Maior-Geral das Forças Armadas (EMGFA) para coordenar os esforços no combate à pandemia. Ainda que as missões no exterior estejam mantidas, duas foram impactadas: militares portugueses em ação de formação às tropas iraquianas regressaram a Lisboa um mês antes, ao fim de março, e a fragata *Corte-Real*, que escoltava o porta-aviões francês *Charles de Gaulle*, encerrou mais cedo sua missão, após o surto da doença neste último antecipar seu regresso à França.

No plano nacional, as FA têm atuado no aumento da capacidade hospitalar com a montagem de mais de 70 tendas e 5.000 leitos em diversas regiões do país e nos arquipélagos, incluindo cessão de leitos nos hospitais

militares. Há também o emprego do laboratório militar na produção de materiais desinfetantes e na realização de testes de COVID-19, bem como no transporte de materiais e medicamentos. Em ações próximas da população, Marinha e Exército têm atuado na distribuição diária de alimentos e máscaras aos sem-teto, na desinfecção de escolas em preparação à volta às aulas e na transformação do Centro de Formação da Força Aérea em um centro de triagem e acolhimento aos imigrantes. Além disso, a Marinha portuguesa criou um protótipo de ventilador de baixo custo, capaz de ser produzido nacionalmente em larga escala.

Segundo o vice-almirante Henrique Gouveia e Melo, adjunto para o Planeamento e Coordenação do EMGFA, a atuação militar na crise tem papel fundamental na recuperação da sua imagem, afetada por baixo financiamento e efetivo reduzido, descrito por alguns oficiais-generais como "contínuo processo de degradação". "Sentimos as mesmas dificuldades que o país sente e há um grande sentido de urgência em dar as respostas necessárias. Os militares sempre quiseram abrir-se à sociedade civil. (...) Esta crise acaba por mostrar o melhor que o país tem, a unidade de todos para o bem comum", disse o vice-almirante.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Novos contornos na guerra civil da Líbia

Pedro Albit

A guerra civil que assola a Líbia desde 2015, intensificada por ataques à capital Trípoli em 2019, vem ganhando novas frentes de batalha. O último mês de abril apresentou uma mudança na balança de poder do conflito após a *Operation Peace Storm* realizar uma série de contraofensivas do Governo do Acordo Nacional (GNA, sigla em inglês) para retomar territórios controlados pelo Exército Nacional Líbio (LNA, sigla em inglês).

Com esta mostra de força militar por parte do GNA, o General Khalifa Haftar apresentou uma nova estratégia para o conflito ao sair do âmbito exclusivamente militar e investir no sociopolítico. Em discurso no dia 27 de março, Haftar declarou que o acordo promovido pela ONU em 2015 – marco inicial do atual sistema político do país ao instituir o GNA – destruiu o país e, declarando-se líder por direito da Líbia pela vontade do povo, clamou pela criação de novas instituições.

Ao afirmar sua liderança nacional pelo apoio popular,

a nova abordagem de Haftar foi usada como pretexto para legitimar novos bombardeios a Trípoli, intensificando a parte militar do conflito. Entretanto, o governo do GNA acusa-o de virar as costas ao Parlamento de Tobruk (sede do governo paralelo de Haftar ao leste da Líbia), mostrando sua veia autoritária. Considerando os territórios que o LNA perdeu com a *Operation Peace Storm*, o GNA considera também a atitude como um ato final de desespero.

Em um conflito marcado pela interferência externa, resta ver como os atores envolvidos irão se manifestar. A retomada de territórios pelo GNA deve-se muito ao apoio turco, responsável pelo envio de armas, que tende a ser aumentado com a mudança no curso do conflito após declaração do presidente Erdogan de que a Turquia irá defender o governo legítimo do golpe militar. Por outro lado, a Rússia se declarou surpresa com o pronunciamento de Haftar, alegando que o acordo político de 2015 deve ser respeitado. O grupo militar privado russo *Wagner* >>

tem apoiado fortemente o exército de Haftar, motivo pelo qual Moscou pode seguir dois caminhos: tanto negar sua participação no conflito perante os organismos internacionais, como a ONU, em caso de vitória do

GNA, quanto pode aproveitar-se do pronunciamento para intensificar seu apoio, visto que a vitória de Haftar é de importância estratégica para o avanço da Rússia no norte da África.



As dinâmicas de segurança no Mar Vermelho e no Golfo de Áden

A região do Mar Vermelho e seu entorno estratégico historicamente protagonizam disputas regionais: além dos atos de pirataria, é palco de intervenções militares, intensificadas desde 2015, quando se iniciou a guerra civil do Iêmen. Nas questões de segurança regional, é observada a importância dos atores estratégicos da costa leste da África, bem como o investimento e a presença militar dos países estrangeiros na região, principalmente da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos (EAU).

Emerge, desta forma, um novo elemento: a criação do Conselho do Mar Vermelho, um fórum regional para o Mar Vermelho e Golfo de Áden que conectará os oito principais atores fronteiriços: Arábia Saudita, Djibouti, Egito, Eritreia, Iêmen, Jordânia, Somália e Sudão. O acordo foi lançado no início de 2020, liderado pela Arábia Saudita e pelo Egito, e tem como principal objetivo a cooperação econômica. Observa-se a Arábia Saudita como o único país economicamente consolidado

da Península Arábica a participar do Conselho, demonstrando, mais uma vez, seu esforço em firmar-se como líder regional.

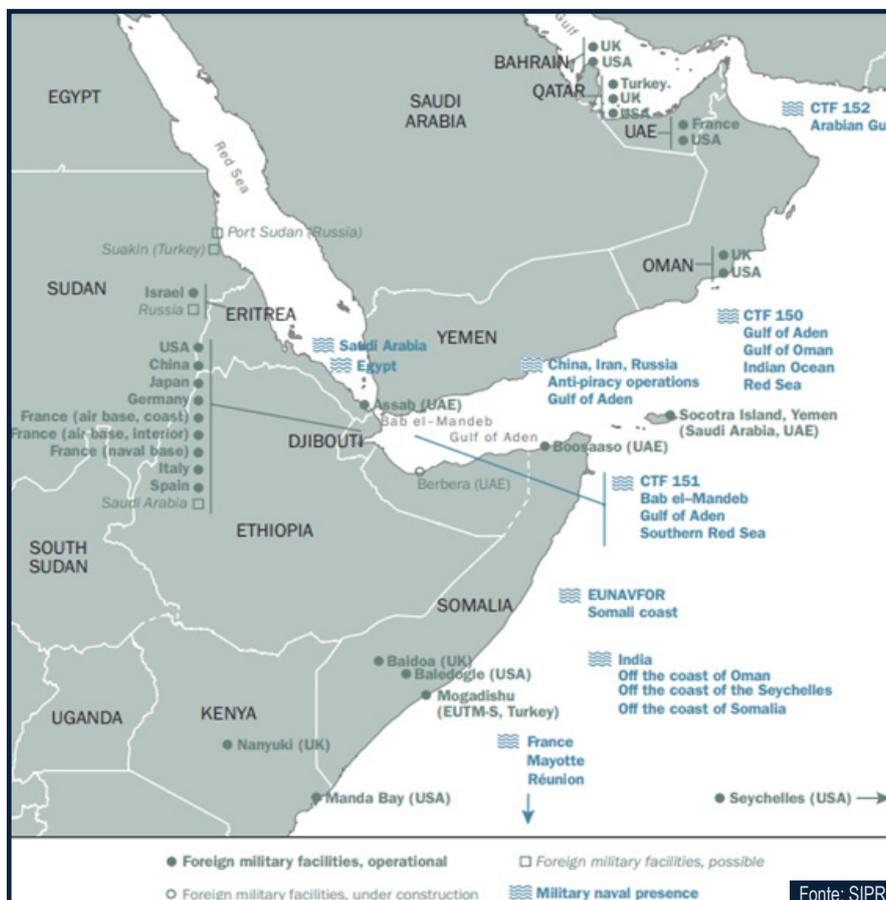
Protagonista na geopolítica regional, o Mar Vermelho é cada vez mais relevante, ao interligar o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico. Conseqüentemente, uma crescente militarização ocorre no Chifre da África e arredores, expondo a busca de países estrangeiros por uma maior projeção de poder em uma das principais rotas marítimas globais.

Atualmente, são contabilizadas 16 bases operacionais estrangeiras no Chifre da África. Destas, nove encontram-se no Djibouti, país com aproximadamente 23 mil km². Tais movimentações têm sido economicamente benéficas para alguns países africanos, considerados geograficamente privilegiados, como a Somália, que abriga duas bases dos EAU em seu território. Além disso, vale ressaltar o investimento de US\$ 442 milhões >>>

da operadora portuária dos EAU *DP World* no porto de Berbera, além do compromisso de gerenciá-lo durante 30 anos, com o objetivo de transformá-lo em um *hub* marítimo. No início de 2020, o ministro das Relações Exteriores da Somália também declarou que a Arábia Saudita é seu maior apoiador, contabilizando cerca de 40 projetos, que excederam US\$ 184 milhões.

Observa-se, então, um interesse estrangeiro em

investimentos na região, com previsões de crescimento econômico atingindo a marca de US\$ 6.1 trilhões até 2050. Em âmbito regional, considerando as recentes tensões entre os sauditas e os emirados ([Boletim 101](#)), a exclusão dos EAU do Conselho do Mar Vermelho pode ser um elemento adicional para a fissura da aliança entre os dois países.



RÚSSIA & Ex-URSS

As águas de Svalbard sob os protestos da diplomacia russa

No dia 02 de abril, próximo ao arquipélago de Svalbard, a Guarda Costeira norueguesa deteve a traineira russa *Borey*, alegando pesca ilegal dentro de sua zona de proteção pesqueira. Poucos dias após o episódio, o Ministério de Relações Exteriores russo enviou uma nota oficial à Embaixada da Noruega em Moscou, contestando a ação tomada. Localizado acima do Círculo Polar Ártico e cerca de 850 km ao norte da costa da Noruega, o arquipélago norueguês pode ser destacado como um potencial ponto de tensão entre Moscou e o Ocidente.

Por conseguinte, em 17 de abril, em coletiva de imprensa, a porta-voz do Ministério das Relações

Exteriores russo, Maria Zakharova, declarou que “a prática de detenções de navios estrangeiros está alinhada à política norueguesa de expandir ilegalmente seus direitos na área do arquipélago”. A contestação russa é embasada no Tratado de Svalbard, que reconhece a soberania da Noruega sobre o arquipélago, delimitando-o como zona desmilitarizada e dispendo de 12 milhas náuticas de águas territoriais.

O princípio de igualdade foi regulamentado aos 46 Estados signatários, garantindo-lhes acesso total para exercer atividades científicas e econômicas na região. Atualmente, com exceção da Noruega, a Rússia é o único país signatário a manter um assentamento, um consulado >>>

e uma mina de carvão no Arquipélago de Svalbard, exercendo, assim, sua presença estratégica na região.

Tendo em vista a esmagadora superioridade militar russa e sua posição cada vez mais articulada no Ártico, a perspectiva estratégica é limitar a presença e a expansão da OTAN. Assim, Svalbard figura com destaque devido ao posicionamento geoestratégico próximo a bases militares russas, como a localizada na Terra de Franz Josef, ilha que dista 260 km do arquipélago norueguês, e aos portos russos de Murmansk e Arkhangelsk, os principais em termos militares e comerciais do Ártico russo.

A pressão diplomática de Moscou sobre Oslo é outra manifestação da vigorosa política russa no Ártico. A assertividade russa ao não reconhecer as 200 milhas náuticas da zona de proteção de pesca deve-se a sua imposição pela Noruega apenas em 1977, desencadeando o controverso status das águas ao redor do arquipélago. Portanto, o centenário Tratado de Svalbard (1920-2020), segundo os russos, é incapaz de gerenciar as mudanças das circunstâncias políticas e econômicas no importante arquipélago ártico.



Crimeia à beira de uma crise hídrica

A capital da Crimeia, Simferopol, corre o risco de desabastecimento hídrico ainda neste semestre, problema que se reflete no restante da península. A crise teve início em 2014 quando, após a anexação russa, Kiev cortou sua principal fonte de irrigação, o *North Crimean Canal* (NCC), um canal com cerca de 400 km de extensão responsável por transportar água do rio Dnieper para a região, que corresponde a 85% da água potável da península. Em fevereiro de 2020, autoridades locais instauraram um regime de racionamento, alertando que a cidade possuía 1/3 de seus reservatórios, suficiente para cerca de 100 dias.

A geografia original da Crimeia não é favorável à agricultura, sendo composta por estepes e clima semiárido. No entanto, com um maciço investimento para a construção do NCC na década de 1960, e um período de 10 anos de maturação, chegou a alcançar uma área de 402 mil hectares de terras agricultáveis, que, após a restrição do canal, foram reduzidos a apenas 17 mil hectares em 2018. Nesse contexto, a Rússia vem investindo em projetos a fim de mitigar os impactos do corte no fornecimento de água. Em 2019, iniciou um

investimento de US\$ 390 milhões para a construção de um novo reservatório e, em março de 2020, anunciou um investimento de US\$ 45 milhões para a construção de uma nova estação de tratamento e dessalinização. Com o auxílio desses investimentos, Moscou planeja alcançar uma área agricultável de 20 mil hectares até o fim de 2020, todavia, apesar dos esforços, só seria capaz de prover autossuficiência para a Crimeia em 2025.

Ademais, o conflito pelo controle da península vem sendo um empecilho para a resolução do problema: o abastecimento hídrico figura como mais um fator geopolítico na disputa pela Crimeia e o corte no fornecimento se torna mais um desafio para Kiev em seu objetivo de reaver a região. Diante do argumento defendido pelos correligionários do presidente Volodymyr Zelensky, de que o reabastecimento só pode ocorrer quando a região voltar aos auspícios de Kiev, o primeiro-ministro ucraniano recém-empossado no início de março, Denys Shmygal, destoa dessa narrativa e reconhece a importância de retornar o abastecimento a fim de evitar um desastre humanitário.

José Gabriel Melo

O futuro da economia japonesa pós COVID-19: reflexões geopolíticas

Vinicius Reis

Enquanto a pandemia da COVID-19 afeta os arranjos sociais e políticos do governo, setores públicos e privados do Japão começam a se planejar, e projetar o futuro da economia do país nos próximos anos. A base de tais discussões tem sido uma importante reflexão sobre o seu principal parceiro comercial: a China. Com uma balança comercial deficitária, na ordem de US\$ 21 bilhões, e complexas questões geopolíticas, a pandemia tem reforçado o quão perigoso tem sido esse “desencontro” entre os objetivos da política externa japonesa e a sua dependência do mercado e dos bens chineses.

É importante estabelecer que a economia e os setores industriais japoneses, como um todo, têm apresentado ao longo das décadas dois problemas estruturais importantes: em relação ao câmbio, a moeda japonesa tem se mostrado vulnerável a flutuações do mercado externo, principalmente no que concerne investidores. Antes da crise causada pela COVID-19, uma guerra comercial entre China e EUA mostrou um potencial cenário desolador ao país. O segundo problema envolve a questão da dependência supracitada.

Seja no setor energético ou industrial, o Japão tem se mostrado “refém” de determinados parceiros/países

por questões de mercado e de acesso a bens estratégicos. Enquanto as disputas territoriais, e o próprio livro branco de defesa japonês, apontam a China como um dos principais rivais no Leste Asiático, no campo comercial o tamanho do mercado chinês e sua importância para as empresas japonesas demonstram o quão vulnerável o Japão se encontra frente a um parceiro comercial que é um grande rival. Enquanto muito se discute a ameaça militar, às vezes esquece-se da capacidade que a China tem de usar ferramentas econômicas para atingir seus objetivos geopolíticos relacionados ao Japão, isto é, o papel da geoeconomia na relação entre ambos.

Neste cenário, não é de se estranhar que líderes empresariais e políticos pensem numa conjuntura, pós pandemia, em que a retração econômica seja acompanhada por uma reconfiguração dos laços com a China. A pandemia trouxe à tona a necessidade de autossuficiência da indústria e comércio, frente ao fim do abastecimento de insumos estratégicos à subsistência da nação. Enquanto a conjuntura atual veio em decorrência de uma crise sanitária, como seria o quadro frente a um cenário bélico ou de ruptura de relações governamentais e políticas?

Projeção de poder sobre terra — o LHD Type 075

Vinicius Costa

A semana do dia 20 de abril de 2020 foi um período festivo na República Popular da China (RPC). A data de 21 de abril é extremamente simbólica, pois marca o aniversário da Marinha do Exército de Libertação Popular da China (*PLA Navy*), no atual momento, a força armada mais importante para Pequim. Entretanto, o “presente” de aniversário foi dado no dia seguinte: o lançamento do segundo *LHD Type 075* — no estaleiro *Hudong Zhonghua*, em Xangai.

Tal classe de navios de assalto anfíbio desenvolvida pela RPC representa um importante avanço nas capacidades navais do país. Deslocam 40.000 t, podendo operar até 30 helicópteros de diferentes propósitos, mas focando em aeronaves específicas, mas não citadas, para o desembarque de tropas, além de duas embarcações de desembarque rápidas de colchão de ar em sua doca alagável na popa. Esses navios também são apropriados para servirem como navios de comando e controle em área marítima.

Tal lançamento é providencial para a expansão naval chinesa, que tem desenvolvido capacidades de projetar poder sobre terra. Acontece que o Corpo de Fuzileiros

Navais da *PLA Navy*, no dia 13 de abril de 2020, recebeu um expressivo incremento: a incorporação da *Valiant Assault Exemplary Company* e da *Nianzhuangwei Assault Exemplary Company*. Tais companhias são lendárias por suas ações durante a Guerra de Libertação (1946-49), e até então estavam sob o comando da Força Terrestre do PLA, mas agora se juntaram ao Corpo de Fuzileiros Navais da *PLA Navy*.

Com a aquisição de duas experientes unidades de infantaria e de navios de assalto anfíbio apropriados para transportá-las, a RPC dá um duplo salto em capacidades de projetar poder sobre terra e garantir interesses nos mares do Sul e do Leste da China, com atenção a uma possível retomada de Taiwan pela força. Embora a atual crise mundial causada pela pandemia da COVID-19 possa estar no epicentro da confrontação de Pequim com seus principais oponentes, por si só ela demonstra que o país deixou de lado a postura do “Desenvolvimento Pacífico” e está assumindo uma postura muito mais ofensiva e forte, de sorte que o seu componente militar está plenamente preparado para acompanhar tal postura do poder político.

Muitos especialistas têm afirmado que o século XXI será marcado pela perda de poder relativo dos EUA e da sua ordem internacional criada após o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois da virada do século, três grandes eventos afetaram diretamente os norte-americanos: os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, a crise financeira mundial de 2008 e a pandemia da COVID-19. Enquanto o cenário é mais desafiador para os EUA, outras potências, como China e Rússia, aproveitam para se apresentar como alternativas à hegemonia estadunidense, em direção à multipolaridade.

Apenas deter informação não é mais suficiente; criar a informação tem sido um poderoso método, graças à disseminação em massa da tecnologia de comunicação. Pequim e Moscou parecem conhecer tal máxima para a própria projeção internacional, e Washington tem denunciado possíveis tentativas de disseminação intencional e maciça de notícias falsas ou tendenciosas para fins políticos, com a contribuição das mídias estatais russa e chinesa. Isso seria por meio de métodos predominantemente táticos, como ataques cibernéticos, campanhas de notícias falsas e espionagem, em prol da desinformação e da paralisação da tomada de decisão pela desconfiança.

A cooperação entre as mídias estatais russas e chinesas tem crescido diante de vários acordos: em abril de 2017, sobre compartilhamento de conteúdo de notícias entre *Sputnik* e *Global Times*; em setembro de 2017, desenvolvimento conjunto entre *Rossiya Segodnja* e *Alibaba Culture Communication*; e, em setembro de 2019, *Rossiya Segodnja* e a *Huawei* para fornecimento de tecnologia, dentre outros. Alegam que há um monopólio das agências de notícias ocidentais e é necessário diversificação dessa área. É mais um plano em que se dá a guerra híbrida.

Portanto, para o governo dos EUA, a atual mudança da ordem internacional se daria, dentre outros motivos, pela atuação de China e Rússia (em menor grau, Irã e Coreia do Norte) em desafiar as democracias ocidentais para subverter os sistemas políticos, econômicos e a opinião pública internacional, por meio de um esforço coordenado que foge dos instrumentos militares e diplomáticos tradicionais. Para os próximos anos, espera-se um cenário internacional marcado por disputas de influência e narrativas, o que pode exigir posicionamentos calculados dos demais Estados e ações de contrainteligência.

SUL DA ÁSIA

Índia pode aumentar sua frota de submarinos

João Miguel Villas-Bôas

A Marinha indiana pode adquirir em breve três submarinos russos reformados classes *Kilo*. A empresa estatal russa *JSC United Shipbuilding Corporation* (USC) ofereceu também um contrato para a reforma de mais três unidades da mesma classe pertencentes à Marinha do país sul-asiático, com a possibilidade de estender a vida útil das embarcações em 10 anos. O valor total do contrato de venda e reparo pode chegar a US\$ 2 bilhões.

A Força Naval indiana possui oficialmente 10 submarinos diesel-elétricos da classe *Kilo* (*Sinddhughsh class*, para os indianos), adquiridos ao longo dos anos 1990 e no ano 2000, porém, após sérios problemas em uma das embarcações, o *INS Sindhurakshak*, em 2013, e o encaminamento de uma unidade à Marinha de Myanmar, o país conta com apenas 8 unidades operacionais atualmente. Outra questão importante que pode contribuir para a realização da compra é o atraso na construção de seis submarinos diesel-elétricos de ataque com sistemas avançados de propulsão independentes de ar (*advanced air-independent propulsion systems*), vinculados ao projeto 75-I.

Com efeito, um elemento que conta positivamente para a realização do negócio junto à empresa russa é a possibilidade de operacionalização rápida das três embarcações. Uma vantagem dos submarinos russos classe *Kilo* é a possibilidade de lançamento de mísseis de cruzeiro, neste caso, o *submarine-launched cruise missile* (SLCM) *3M-14E club-S*, equivalente ao estadunidense *Tomahawk*, com até 220km de alcance.

Considerando as dificuldades indianas em fazer frente à rápida expansão do poderio naval chinês, o governo do primeiro-ministro Narendra Modi vem mantendo a tradicional política de atalho no que diz respeito à aquisição de equipamento de defesa, isto é, em função das dificuldades de se construir e amadurecer um complexo industrial-militar nacional, o país opta, há décadas, pelas importações de armamentos para suprir as deficiências estratégicas mais imediatas do país. De todo modo, a oferta russa pode ser bem-vinda em um momento de dificuldade econômica que fatalmente poderá afetar os projetos estratégicos da Marinha indiana para os próximos anos.

As ações silenciosas de Pequim no Mar do Sul da China

Matheus Bruno Pereira

Em meio à pandemia da COVID-19, a China vem se projetando no cenário internacional como um ator disposto a auxiliar os demais países, sobretudo em sua vizinhança, no que alguns já chamam de *mask diplomacy*, em referência aos Equipamentos de Proteção Individual doados pelo país. Porém, incursões silenciosas no Mar do Sul da China (MSC) em meio ao surto podem manchar a sua imagem entre os países da região.

Em abril, a embarcação de pesquisa *Haiyang Dizhi 8* chinesa adentrou a ZEE reivindicada da Malásia, após cruzar águas vietnamitas, se estabelecendo na região onde um navio de perfuração em serviço à empresa malaia *Petrona* se encontrava. A Guarda Costeira da Malásia prontamente deslocou embarcações, a fim de acompanhar o navio de pesquisa. No mesmo período, Pequim anunciou a criação de dois novos distritos, Xisha e Nansha, que ficarão responsáveis pela administração chinesa nas regiões das Ilhas Paracel e Ilhas Spratly. Para Hanói, a ação foi vista como um ataque à soberania do país, o qual reivindica a região que compreende as Ilhas Spratly. O anúncio ocorreu dias após uma embarcação da PLA afundar um navio pesqueiro vietnamita.

O ministro das Relações Exteriores vietnamita afirmou que tais medidas prejudicam a construção de

relações amigáveis, além da possibilidade de agravar a situação no MSC. Washington se colocou ao lado dos países do Sudeste Asiático, afirmando que Pequim estava se aproveitando da conjuntura atual para se projetar na região disputada. Como forma de represália, o contratorpedeiro *USS Barry* foi deslocado para as Ilhas Paracel, onde chegou a ser interpelado por embarcações chinesas.

Os acontecimentos colocam um desafio a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) e seus membros, os quais estão atualmente buscando conter o avanço da pandemia em seus respectivos países, já considerando, em alguns casos, cortes ou atrasos em projetos estratégicos como a compra e a construção de navios e submarinos. Contudo, o vácuo deixado por eles poderá prejudicar os planos para o “Código de Conduta para o MSC”. Enquanto a situação permanecer, a China poderá se ver em vantagem na corrida pela militarização da região, tendo apenas os EUA como real ameaça. Os países da ASEAN, em meio a essas adversidades, deverão tomar alguma medida mais assertiva para mostrar sua presença e assegurar que possuem a capacidade para gerir a região.



- ▶ [Fincantieri To Design, Build A New Class Of Frigates For The Us Navy](#)
DEFENSE UPDATE, Tamir Eshel
- ▶ [The Imploding Afghan Peace Effort](#)
CSIS, Anthony H. Cordesman
- ▶ [The End Of The Us-China Relationship](#)
PROJECT SYNDICATE, Stephen S. Roach
- ▶ [Germans Being German About Coronavirus](#)
POLITICO, Matthew Karnitschnig
- ▶ [Global Food Crises](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, GPF Staff
- ▶ [Narcos In The Time Of Covid-19](#)
THE STRATEGIST, Gareth Rice
- ▶ [Rethinking International Security For A Post-Pandemic World](#)
CARNEGIE, Igor Ivanov
- ▶ [A Hypothetical Scenario In The China Sea](#)
MODERN DIPLOMACY, Themistoklis Z. Zanidis

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

MAIO

- 07** Reunião dos Altos Funcionários da Saúde do BRICS, em Moscou
- 10** Eleições presidenciais na Polônia
- 15** Expiração da licença que permite que empresas dos EUA exportem componentes de telecomunicação para a China
- 20** Eleições gerais no Burundi
- 21-22** Realização das Duas Sessões: o maior evento legislativo da China
- 25** Eleições gerais no Suriname

JUNHO

- 09** 179ª Reunião da OPEP, em Viena
- 10-12** 46ª Cúpula do G7, via videoconferência
- 18-19** Reunião do Conselho Europeu
- 24** Eleições parlamentares na Mongólia
- 27** Eleições presidenciais na Islândia
- 29** Restrição à exportação de tecnologia para uso militar dos EUA para Rússia, China e Venezuela

REFERÊNCIAS

- **Governança e petróleo: a realidade de incertezas da Guiana**
MOWLA, Wazim. [Guyana's fading opportunities](#). Global Americans, 09 abr. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
LOONEY, Robert. [A Political Crisis Threatens to Derail Guyana's Oil Boom](#). World Politics Review, 28 abr. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
- **Reorientação dos processos políticos no Chile e na Bolívia: incertezas e projeções**
[Desplome en el precio del cobre asesta un "duro golpe" al fisco chileno](#). El Economista, 20 mar. 2020. Acesso em: 10 abr. 2020.
[El Gobierno de Bolivia recibe críticas por amenazar la libertad de expresión durante la cuarentena](#). El País, 07 abr. 2020. Acesso em: 11 abr. 2020.
- **O futuro dos investimentos americanos em defesa**
TIAN, N. et al. [Trends in World Military Expenditure, 2019](#). SIPRI, 27 abr. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
WEISGERBER, Marcus. [Global Defense Spending Decline Expected As Nations Deal with Coronavirus](#). Defense One, 28 abr. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
- **Angola por um fio: crise do petróleo e pandemia**
MAGUBANE, Khulekani. [Oil crash comes at the 'worst time' for African exporters such as Nigeria, Angola](#). Fin24, 21 abr. 2020. Acesso em: 01 maio 2020.
AUGÉ, Benjamin. [Covid-19: Soumis à un choc violent et durable, les pays pétroliers africains improvisent le sauvetage de leur économie](#). Polity Center for the New South, 21 abr. 2020. Acesso em: 21 abr. 2020.
- **Constantes sequestros ameaçam segurança marítima na África Ocidental**
[Pirates Take Russian, Ukrainian, Bulgarian Hostages Off West African](#). Radio Free Europe/Radio Liberty, 22 abr. 2020. Acesso em: 27 abr. 2020.
[Piracy and Armed Robbery Against Ships – Report for the Period: 1 January – 31 December](#). ICC International Maritime Bureau, 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
- **O papel da Defesa Nacional portuguesa no combate à COVID-19**
MARCELINO, Valentina. [Os planos, a tensão e o bunker "secreto" da guerra biológica nas Forças Armadas](#). Diário de Notícias, 20 abr. 2020. Acesso em: 28 abr. 2020.
REPÚBLICA PORTUGUESA. [Medidas que o MDN e as FFAA estão a executar no combate ao COVID-19](#). Defesa Nacional, 21 abr. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
- **Novos contornos na guerra civil da Líbia**
[Haftar dismisses UN Libya unity deal as "thing of the past"](#). Al Jazeera, 27 abr. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
[Russia reacts to strongman commander Haftar pulling out of Libyan deal](#). The Moscow Times, 28 abr. 2020. Acesso em: 30 abr. 2020.
- **As dinâmicas de segurança no Mar Vermelho e no Golfo de Áden**
BAGNETTO, Laura A. [New Red Sea alliance launched by Saudi Arabia, but excludes key players](#). RFI, 10 jan. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
MOSLEY, Jason. [Ethiopia's Transition: Implications for the Horn of Africa and Red Sea Region](#). SIPRI, mar. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
- **As águas de Svalbard sob os protestos da diplomacia russa**
BALMFORTH, Tom; ADOMAITIS, Nerijus. [Russia protests after Norway detains trawler near Svalbard](#). Reuters, 17 abr. 2020. Acesso em: 30 abr. 2020.
STAALSEN, Atle. [Moscow sends signal it might raise stakes in Svalbard water](#). The Barents Observer, 22 abr. 2020. Acesso em: 30 abr. 2020.
- **Crimeia à beira de uma crise hídrica**
VYNOGRADOVA, Polina. [Backgrounder: The Water Crisis in Crimea](#). Geopolitical Monitor, 28 abr. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
URCOSTA, Ridvan Bari. [The Geo-Economics of the Water Deficit in Crimea](#). The Jamestown Foundation, 26 fev. 2020. Acesso em: 29 abr. 2020.
- **O futuro da economia japonesa pós COVID-19: reflexões geopolíticas**
BLACKWIKK, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2016, 384 páginas.
GARCIA, Thaís. [Sayōnara, Xi: Japão inicia 'êxodo industrial em massa' da China](#). Conexão Política, 28 abr. 2020. Acesso em: 30 abr. 2020.
- **Projeção de poder sobre terra — o LHD Type 075**
XUANZUN, Liu. [China expands Marine Corps' aerial assault capabilities following Type 075 ship launch](#). Global Times, 27 abr. 2020. Acesso em: 01 maio 2020.
VAVASSEUR, Xavier. [China Launches 2nd Type 075 LHD For The PLAN](#). Naval News, 22 abr. 2020. Acesso em: 01 maio 2020.
- **China e Rússia estreitam laços em contraponto aos EUA**
TAIT, Scott. [Hybrid warfare: the new face of global competition](#). Financial Times, 14 out. 2019. Acesso em: 01 maio 2020.
[Beyond Hybrid War: How China Exploits Social Media to Sway American Opinion](#). Recorded Future, 06 mar. 2019. Acesso em: 01 maio 2020.
- **Índia pode aumentar sua flotilha de submarinos**
GADY, Franz-Stefan. [Russia Offers India Three Refurbished Kilo-class Submarines](#). The Diplomat, 03 abr. 2020. Acesso em: 06 abr. 2020.
[After MIG-29 jets, India mulling offer of refurbished submarines from Russia?](#). The Week, 03 abr. 2020. Acesso em: 05 abr. 2020.
- **As ações silenciosas de Pequim no Mar do Sul da China**
TEOH, Shannon. [Malaysia-China coronavirus diplomacy masks South China Sea Tension](#). Strait Times, 29 abr. 2020. Acesso em: 01 maio 2020.
WONG, Catherine. [Vietnam accuses Beijing of 'seriously violating' sovereignty in South China Sea](#). South China Morning Post, 20 abr. 2020. Acesso em: 01 maio 2020.

O mapa intitulado “10 Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa baseiam-se na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e mortos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 10 países com maior número de infectados, e os países com maior número de infectados na África e na Oceania de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho e laranja de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados 10 principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Yemen war: Separatists declare self-rule in the south after seizing Aden](#) Independent, 27 abr. 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- LÍBIA — Escalada da guerra civil: [Haftar dismisses UN Libya unity deal as 'thing of the past'](#). Al Jazeera, 27 abr. 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Venezuelan Officials Claim to Have Stopped an Armed Incursion](#). The New York Times, 03 maio 2020. Acesso em: 04 maio 2020.

► MÉDIO RISCO:

- SÍRIA — Tensões na região de Idlib: [30 Turkish military vehicles enter Syria's Idlib](#). CGTN, 04 maio 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- GOLFO DA GUINÉ — Aumento da pirataria: [Pirates Take Russian, Ukrainian, Bulgarian Hostages Off West Africa Coast](#). RadioFreeEurope, 22 abr. 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- UCRÂNIA — Impasse sobre a Crimeia e Donbass: [Russian-led forces violate ceasefire in Donbas 15 times](#). UKRINFORM, 01 maio 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- IRAQUE — Ataques do Estado Islâmico: [ISIL attack kills Hashd al-Shaabi forces in Iraq](#). Al Jazeera, 02 maio 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- AFGANISTÃO — Incertezas no processo de paz: [Taliban increases attacks on Afghan forces since signing US peace deal: Report](#). Afghan Online Press, 02 maio 2020. Acesso em: 04 maio 2020.
- MOÇAMBIQUE — Conflitos entre governo e forças Insurgentes: [Mozambique minister says 128 insurgents killed by security forces](#) Upstream, 29 abr. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.
- MAR DO SUL DA CHINA — Novo acirramento das disputas marítimas: [China Says PLA Navy Ships Were Sent to 'Expel' US Warship From Paracel Islands](#). The Diplomat, 29 abr. 2020. Acesso em: 02 maio 2020.